



INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO

CONSELHO CONSULTIVO DO PARNA DE SÃO JOAQUIM

PARQUE NACIONAL DE SÃO JOAQUIM - PNSJ

- 10 Aos trinta dias do mês de novembro de 2013, na Casa de Formação da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Bom Jardim da Serra, às 14 horas, inicia-se a décima reunião ordinária do Conselho Consultivo do Parque Nacional de São Joaquim (PNSJ). O Sr. Michel começa a reunião pedindo uma breve apresentação dos presentes. Em seguida, mostra ofício encaminhado à prefeitura de Bom Jardim da Serra, alertando
- 15 sobre o risco de sua exclusão pelo número de faltas no Conselho e solicitando a indicação formal de seus representantes. Devido ao não recebimento da documentação relativa à reunião pelo Sr. Jaime, o Sr. Michel lê toda ata da nona reunião ordinária do Conselho. O Sr. João pergunta qual o significado da sigla RAPELD. O Sr. Michel informa que é uma sigla originária do inglês e que significa “avaliações rápidas e
- 20 pesquisas de longa duração”, pede que se aprove a ata sem essa modificação, de maneira que seja possível recolher as assinaturas dos presentes naquele dia. Todos aprovam a ata da nona reunião. O Sr. Sérgio Sachet questiona a liberação de recursos pelo Ministério do Turismo para alguns Parques Nacionais e não para o PNSJ. Informa que, na região sul, apenas o Parque Nacional do Iguaçu, o Parque Nacional dos
- 25 Aparados da Serra e o Parque Nacional da Serra Geral serão contemplados. O Sr. Michel explica que o PNSJ não receberá esses recursos em função da ausência do Plano de Manejo (PM). O Sr. João pergunta se será contratada uma consultoria para elaborar o PM. O Sr. Michel diz que a consultoria servirá de apoio para o ICMBio, mas a sua elaboração será responsabilidade do próprio Instituto. O Sr. Jorge pergunta se haverá a
- 30 participação dos moradores do interior do parque no momento da elaboração do PM. O Sr. Michel confirma a informação e acrescenta que também serão feitas reuniões com o próprio Conselho. Diz que o Plano de Manejo pode ser entendido como correspondente ao Plano Diretor dos municípios. O Sr. Sérgio Sachet pergunta se existe um prazo para a conclusão do PM. O Sr. Michel diz que a licitação deve sair até o final do ano e, se tudo
- 35 der certo, o PM pode iniciar-se ainda no final do primeiro semestre de 2014. O Sr. Sérgio Sachet pergunta como ele pode ser revisto e também sobre a influência que alterações dos limites da UC pode ter na elaboração do PM. O Sr. Michel diz que existem atualizações a cada 5 ou 10 anos. Sobre possíveis alterações de limites, diz que, durante a elaboração do PM, serão consideradas apenas as áreas já compradas pelo
- 40 ICMBio. O Sr. André pergunta como será pensada a definição das trilhas no momento de elaboração do PM. O Sr. Michel diz que esses detalhes serão decididos no momento da sua elaboração e que, atualmente, o Parque só trabalha com trilhas em áreas já compradas pelo ICMBio. O Sr. João fala sobre a situação de Parques em outros países,

onde não é obrigatória a indenização de áreas, podendo os moradores e proprietários permanecerem na área. O Sr. Michel diz que a lei brasileira determina que as áreas localizadas no interior de um Parque devem ser indenizadas e acrescenta que as regras diferem de um país para outro. O Sr. João diz que a mentalidade no Brasil está mudando. O Sr. Sérgio Sachet lembra que no Brasil existem outras categorias de Unidades de Conservação (UCs), como as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), onde os proprietários podem permanecer na área, não sendo desapropriados. O vereador Dilmo defende que se mude a legislação. O Sr. Jorge concorda e diz que quem mora no local sabe melhor preservar e defender a área. O Sr. Jaime diz que deve-se mudar essas leis. O Sr. Jorge faz uma crítica à transformação de áreas rurais em áreas urbanas. O Sr. Michel diz que isso foge da esfera do Conselho e defende que cada conselheiro busque conversar com o seu deputado para cobrar modificações nas leis. Pergunta se existem mais dúvidas em relação ao Plano de Manejo. O Sr. Michel passa para a discussão da modificação do Conselho e alterações no Regimento Interno. O Sr. Jaime questiona a alteração no número de conselheiros, de 12 para 14 membros, e se diz preocupado com a manutenção da paridade municipal. O Sr. Pedro responde que deve existir paridade entre a sociedade civil e os órgãos governamentais. O Sr. Jaime diz que corre-se o risco de um município ficar mais representado do que outro. O Sr. Pedro diz que a paridade municipal foi pensada apenas em relação aos proprietários de imóveis no interior do PNSJ, sendo uma vaga destinada para cada município que integra a UC. Informa que, quando todas as propriedades particulares de um município forem compradas pelo ICMBio, a vaga reservada aos proprietários desse município passará para a sociedade civil em geral. O Sr. Jaime diz que pensou em 16 cadeiras para o Conselho, para não haver desigualdade entre os representantes dos municípios. O Sr. Sérgio Lima pergunta se existe uma vaga definida para os representantes governamentais municipais e defende vagas cativas para as prefeituras. O Sr. Jaime diz que muitas vezes as prefeituras não participam das reuniões do Conselho. O Sr. Pedro cita a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que determina apenas a paridade entre o poder público e a sociedade civil. O Sr. Eraldo fala sobre as mudanças de gestão nas prefeituras. O Sr. Pedro diz que as regras de eleição do Edital podem esclarecer algumas dessas dúvidas e fala sobre a importância de existir articulações entre as entidades interessadas em fazer parte do Conselho. O Sr. João diz que será uma questão de priorização e mobilização das entidades de cada município. O Sr. Eraldo diz que os interessados devem manifestar o interesse e depois articularem-se para o dia da eleição. O Sr. Michel pergunta se todos os conselheiros concordam com as alterações do Regimento Interno. O Sr. Sérgio Lima é contrário à ausência de vagas reservadas para as representações governamentais municipais. Apesar desse posicionamento, todas as alterações no Regimento Interno foram aprovadas. O Sr. Pedro passa para a leitura do Edital. O Sr. Sérgio Sachet argumenta que o critério de um ano de existência deveria ser para a fundação da entidade e não para a ata de posse da atual diretoria. Todos concordam com a alteração. O Sr. Sérgio Lima fala que a definição de sociedade civil pode excluir diversas entidades, pois poucas têm expresso em seu estatuto o objetivo de “agir em prol do atendimento de questões socioambientais”. Depois de algumas discussões, todos concordam em retirar esse trecho do edital, ficando a entidade da sociedade civil definida como “Organização ou instituição cívica voluntária”. O Sr. Michel diz que não vê necessidade da carta de interesse, pois o próprio formulário

90 preenchido já demonstra esse interesse. Todos concordam com a retirada da exigência da carta ou ofício de interesse dos três setores. Na definição de órgão público, “ou município abrangido pelo PNSJ” é substituído por “e dos municípios abrangidos pelo PNSJ”. O Sr. Michel sugere, como forma de desburocratizar o processo, que se retire as exigências das cópias do decreto de criação e do ato de nomeação do responsável pelos

95 órgãos públicos. Todos concordam com a retirada. É adicionada uma nova exigência: “Ofício indicando o nome do responsável por participar do processo eleitoral”. O Sr. Michel pergunta se uma pessoa poderá votar duas vezes, uma por sua entidade e outra através de uma procuração. O Sr. Pedro diz que uma pessoa terá direito a apenas um voto. O Sr. Evandro pergunta como serão realizadas as escolhas dos representantes dos

100 proprietários. O Sr. Pedro informa que as eleições para escolha dos proprietários acontecerão em cada município e serão organizadas pelo PNSJ. O Sr. Sérgio Lima pergunta se o voto será aberto ou fechado. O Sr. Pedro diz que o voto sempre será aberto e diz que é bom que isso conste no edital. O Sr. Pedro diz que, se não houver interesse dos proprietários de um município, essa vaga ficará em aberto. O Sr. João

105 pergunta se apenas os previamente cadastrados terão o direito de votar. O Sr. Pedro confirma a informação. O Sr. Pedro fala que, nas eleições gerais, após a escolha dos conselheiros, será realizada nova eleição para a definição de um cadastro de reserva, onde serão escolhidos 3 representantes das entidades e 3 representantes do setor governamental. O Sr. Michel pergunta como serão as escolhas dos representantes

110 governamentais e da sociedade civil. O Sr. Pedro explica que serão feitas eleições após a escolha de cada novo conselheiro. Sendo então realizadas 10 rodadas de eleição, mais 6 rodadas para a escolha das entidades que farão parte do cadastro de reserva. O Sr. Marcos comenta que não será feito cadastro de reserva para os proprietários e que considera isso um tratamento desigual, pois haverá maior possibilidade da vaga ficar em

115 aberto para esse setor. Diz que foi apresentada essa questão ao GT Renovação, mas ela não foi discutida. Alerta que, para realizar esse cadastro, seria preciso alterar alguns trechos do Regimento Interno. O Sr. Michel diz que a ideia é que se visitem todos os proprietários do interior do PNSJ e avisem sobre as eleições e também que se publique a chamada em jornal de grande circulação. O Sr. João diz que os próprios conselheiros

120 podem ajudar na divulgação das eleições e que a ideia de visitar todos os proprietários é boa, mas difícil de ser alcançada. O Sr. Michel não acha necessário a criação do cadastro de reserva para os proprietários, pois, caso os dois representantes dos proprietários saiam do Conselho, pode-se organizar uma nova eleição. O Sr. Michel diz que, se surgirem novas questões, o GT pode resolver ou apresentar para a plenária. O Sr.

125 Sérgio Sachet diz que estão faltando os horários e os locais da reunião. O Sr. Michel pergunta sobre os critérios de desempate. Todos concordam com a idade da entidade, do órgão público ou do proprietário como critério para desempatar uma votação. O Sr. Pedro fala sobre os anexos I (cronograma) e II (formulário). Em função dos jogos da Copa, o Sr. Pedro diz que o GT se compromete a conferir a tabela dos jogos e mandar

130 por e-mail confirmação ou alteração das datas até o dia 10 de fevereiro, data de publicação do edital. O Sr. Michel passa para a discussão sobre a mudança no nome do Parque, faz um breve histórico da época de sua criação e da situação atual, em que não existe área do município de São Joaquim dentro do polígono do PNSJ. Lembra que o Conselho havia decidido discutir o nome do PNSJ, durante a elaboração do Plano de

135 Manejo (PM), através da contratação de um profissional de marketing que faria uma

análise mais aprofundada sobre a questão. Diz que foi informado, pelo ICMBio-Sede, de que não é possível fazer a contratação desse serviço de marketing através de recursos destinados ao PM. Dessa forma, a questão do nome do Parque volta a ser tratada. Faz a primeira pergunta: deve-se mudar ou não o seu nome? A segunda pergunta: se sim, como essa mudança deve ser feita? O Sr. Sérgio Lima diz que o PNSJ engloba 4 municípios e o município de São Joaquim, atualmente, não faz parte do polígono do Parque. Diz que seria importante a escolha de um nome de consenso, que contemple os 4 municípios. Fala sobre a possibilidade de se conseguir uma urna eletrônica para realizar votações em cada um desses municípios. O Sr. João pede confirmação de que todos os conselheiros concordam com a mudança de nome. Todos concordam com a mudança. O Sr. Michel sugere que se forme um Grupo de Trabalho (GT), com representantes de cada município abrangido pelo PNSJ e que este grupo se responsabilize pela empreitada. Afirma ICMBio dará todo o apoio ao processo. A professora Maryella defende a preservação da memória e fala sobre a importância de incluir quem é contra a mudança de nome nessa discussão. O Sr. Pedro diz que a eleição deveria envolver 2 passos: primeiro, decidir se sim ou não e, posteriormente, escolher o nome mais adequado. O Sr. Michel sugere que se mantenha a nome atual entre as opções de nomes sugeridos para o Parque. O Sr. Michel diz que a mídia espontânea que a discussão pode trazer será benéfica para a região. A vereadora Nelice pergunta se existe a necessidade da realização de uma audiência pública para a decisão de mudança. O Sr. Michel diz que nesse momento, pensa apenas na formação de um GT do Conselho, esse podendo contar com pessoas que não são conselheiras e sugere que se envolva as escolas dos municípios, de forma que os alunos indiquem os possíveis nomes para o Parque. A vereadora Nelice pergunta qual o caminho legal de mudança de nome. O Sr. Michel diz que é através da apresentação, por um deputado federal, de um projeto de lei com a indicação do novo nome do Parque. O vereador Dilmo pergunta como será feita essa eleição. O Sr. Michel diz que GT é que criará as estratégias, normas e um cronograma para essa eleição. Decidem fazer parte desse Grupo de Trabalho: o Sr. Sérgio Lima e o Sr. Dilmo (representantes de Urubici), o Sr. André e o Sr. Jaime (representantes de Grão-Pará), o Sr. João e o Sr. Jorge (representantes de Bom Jardim da Serra) e o Sr. Evandro e o Sr. Fábio (este como indicação do Sr. Evandro, pois não está presente. Ambos são representantes de Orleans). O GT combina a primeira reunião para o dia 17 janeiro de 2014, sexta-feira, na Pousada da Ronda, do Sr. Jorge, em Bom Jardim da Serra, às 14 horas, nessa reunião será escolhido o seu coordenador e seu relator e definidas as estratégias e diretrizes do GT. O Sr. Michel agenda a primeira reunião ordinária do Conselho de 2014, na Unibave, no dia 21 de fevereiro, às 14 horas. O Sr. Michel entrará em contato com o Sr. Fábio Boeing para solicitar a organização de reunião. O Sr. Michel agradece a presença de todos e encerra a reunião. Nada mais havendo a tratar, eu, Marcos Hiroshi Taniwaki, analista ambiental lotado no Parque Nacional de São Joaquim – ICMBio/SC, lavrei a presente ata de reunião, em que participaram as seguintes entidades conselheiras e convidados, conforme lista de presença anexa.

Entidade	Nome	Assinatura
----------	------	------------

Representante dos Proprietários e Moradores da Santa Bárbara – Bom Jardim da Serra	João Carlos M. Sbruzzi	
FATMA - Paesf	André Luiz Fernandes	
Instituto Serrano de Conservação da Natureza	Sérgio Sachet Júnior	
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Urubici	Eraldo R. de Souza	
Udesc	Pedro V. de Castilho	
Prefeitura de Urubici	Sérgio José de Lima	
Prefeitura de Bom Jardim da Serra	Jorge Rodrigues Borges	
Representante dos Proprietários e Moradores de Três Barras e Rio Hipólito - Orleans	Evandro Crocetta	
Representante dos Proprietários e Moradores da Barrinha do Aiurê, Capivaras Alta e Serra Furada - Grão-Pará	Jaime Kemper	
ICMBio	Michel Omena	
ICMBio	Marcos Taniwaki	
* Outras pessoas presentes à reunião.	Maryella Masseli - Isecon, Nelice Dal Bosco e Dilmo Antônio Folster – Câmara de Vereadores de Urubici, Lauro Kemper e Valmor L. Eising – Proprietários de Grão-Pará	